

A CAPITAL

Director: FRANCISCO DE SOUSA TAVARES

PROPRIEDADE: S.G.C. - SOCIEDADE GRAFICA DE «A CAPITAL» - R. JOAQUIM ANTÓNIO DE AGUIAR, 66 - LISBOA-1 * TELEF. 68125/6/7 * END. TELEG. ACAPITAL * TELEX 12366

**RAUL
REGO**

 Por FRANCISCO
DE SOUSA TAVARES

(PAGINA CENTRAL)



ESCLARECIMENTO

Ficou a Administração da Sociedade Gráfica de «A Capital» surpreendida com as declarações prestadas num painel organizado pelo semanário «Opção» e publicadas sob o título «Resposta a Almeida Santos—Quatro directores de jornais fazem contas e contrapropostas».

A nossa surpresa, como é natural, resultou da intervenção do Director de «A Capital» em assuntos sobre alguns dos quais duvidamos que possa elementos suficientes para emitir uma opinião válida.

Acerca dos projectos de fusão das empresas jornalísticas, já a Administração de «A Capital» oportunamente se pronunciou, tendo enviado ao Senhor Ministro da Comunicação Social, por escrito, o seu parecer, com o conhecimento e acordo da Comissão de Trabalhadores, conforme se preceituava no documento que para o efeito recebera.

As declarações do Director de «A Capital» serão pois opiniões pessoais e apenas como tal poderão ser tidas, não vinculando portanto nem a Empresa nem os que nela trabalham.

A ADMINISTRAÇÃO

AZEVEDO ADMITE REVER POSIÇÃO SOBRE CANDIDATURA

A oito dias do início da campanha eleitoral para a Presidência da República, só três dos candidatos têm o aval da lei para entrarem na corrida a Belém: Ramalho Eanes, Octávio Pato e Otelô Saraiva de Carvalho. Inesperadamente, o almirante Pinheiro de Azevedo admitiu esta manhã, momentos antes da sua partida para Aveiro, a possibilidade de vir a retirar a sua candidatura, tendo considerado ser um «milagre» mantê-la sem qualquer espécie de apoio. E adiantou: «Se continuar a não ter «chances», terei de rever a minha posição.» O Primeiro-Ministro viria ainda a referir que poderá encetar conversações com o Partido Socialista e outros partidos políticos, acentuando que há outros cargos além do de Presidente da República. Entretanto, também parece muito comprometida a candidatura de Pompílio da Cruz, em cujo processo faltam 1229 requerimentos. Por outro lado, o general Ramalho Eanes estará no Porto no próximo domingo, não participando no comício promovido na véspera pelo Partido Socialista, dado que «o general Eanes só participa em comícios unitários», segundo nos reve-

lou, esta manhã, uma fonte autorizada do seu gabinete de apoio. Quanto a Otelô Saraiva de Carvalho, há a assinalar a sua presença, amanhã, pelas 17 horas, numa festa popular de apoio à sua candidatura no Parque Eduardo VII. Para este fim-de-semana está prevista uma intensa actividade do candidato Octávio Pato, que participa, esta noite, num comício a efectuar no Palácio de Cristal, no Porto, partindo depois para o Sul do País.

A legalização dos processos de candidatura de Pinheiro de Azevedo e de Pompílio da Cruz, por parte do Supremo Tribunal de Justiça, continua pendente, pensando-se que apenas a meio da tarde de hoje será tomada pública uma decisão final. Desconhece-se o andamento da revisão do processo do almirante Pinheiro de Azevedo, sabendo-se, contudo, que a de Pompílio da Cruz está seriamente comprometida.

Efectivamente, Pompílio da Cruz deslocou-se esta manhã ao Supremo, onde procurou teir-se da decisão do respectivo presidente quanto ao recurso que ontem lhe apresentou, no sentido de obter um adiamento no prazo estabelecido por lei. Aquele candidato, segundo nos afirmou, evoca o desaparecimento de 1229 requerimentos de eleitor, não especificando a origem desta situação.

Sabe-se, no entanto, que constam do processo as certidões de eleitor correspondentes aos requerimentos desaparecidos, de acordo com uma informação recolhida no próprio Supremo.

Comício de apoio a Eanes

No comício que o Partido Socialista efectua amanhã no Porto, de apoio a Ramalho Eanes, estarão presentes dirigentes daquele partido, entre os quais Mário Soares e Salgado Zenha. Ao contrário do que foi anunciado pela agência Anop, o candidato Ramalho Eanes não participará na reunião.

Entretanto, do serviço de apoio à candidatura de Eanes recebemos o seguinte comunicado:

«Os serviços de apoio à candidatura do general António Ramalho Eanes informam os subscritores e proponentes da candidatura e, bem assim, o povo em geral que deposita no general António Ramalho Eanes a sua irredutível confiança de conduzir Portugal pelos caminhos da paz, da concórdia, da justiça social, da liberdade e da democracia de que se encontram aptos a desenvolver a anunciada campanha de angariação de fundos, para o que os interessados poderão dirigir-se à sede destes serviços, na Avenida da República n.º 16, em Lisboa, ou contactar pelo telefone 43396.»

Comunicado do M. E. S.

«Está em curso um processo político de grande importância para o povo português. A candidatura de Otelô Saraiva de Carvalho deu já os primeiros e significativos passos no sentido de corresponder a um verdadeiro processo de unidade popular». Salienta um comunicado da comissão política do M. E. S., sobre a candidatura do antigo comandante do COPCON. Noutro passo, afirma-se no mesmo documento:

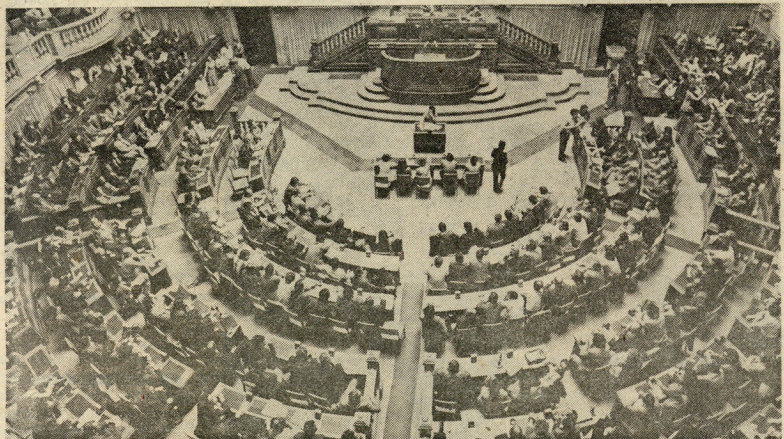
«Se não há dúvida quanto à importância do processo de apoio a Otelô, no que se refere à organização popular, é também inegável a influência que este processo está a ter na unidade militante dos revolucionários portugueses. Por todo o País, na base como na cúpula, organizações políticas até agora muito divididas tática e estrategicamente, têm conseguido vencer o sectarismo, encontrando um consenso político suficiente para unirem os seus esforços num mesmo sentido: o de mobilizarem e organizarem o povo no combate contra o fascismo, na luta pelo socialismo. Assim, estão a ser dados os primeiros passos para a construção de uma frente de massas antifascista com uma clara perspectiva anticapitalista, pois o programa eleitoral de Otelô que tem vindo a desenvolver-se coloca claramente a necessidade de manter na ordem do dia o luta pelo socialismo, como única forma de combater consequentemente a ameaça fascista, que a reconstrução capitalista arrasta».

E o comunicado conclui:

«Se o sectarismo e o espírito de grupo forem derrotados, se as tendências hegemónicas se apagarem, a unidade mi-

(Continua na página 24)

DEPUTADOS INICIAM TRABALHOS



Os deputados eleitos em 25 de Abril último estiveram ontem à tarde, pela primeira vez, no hemiciclo de São Bento, dando assim início aos trabalhos da 1.ª Legislatura da Assembleia da República. (PAGINAS 2-3)

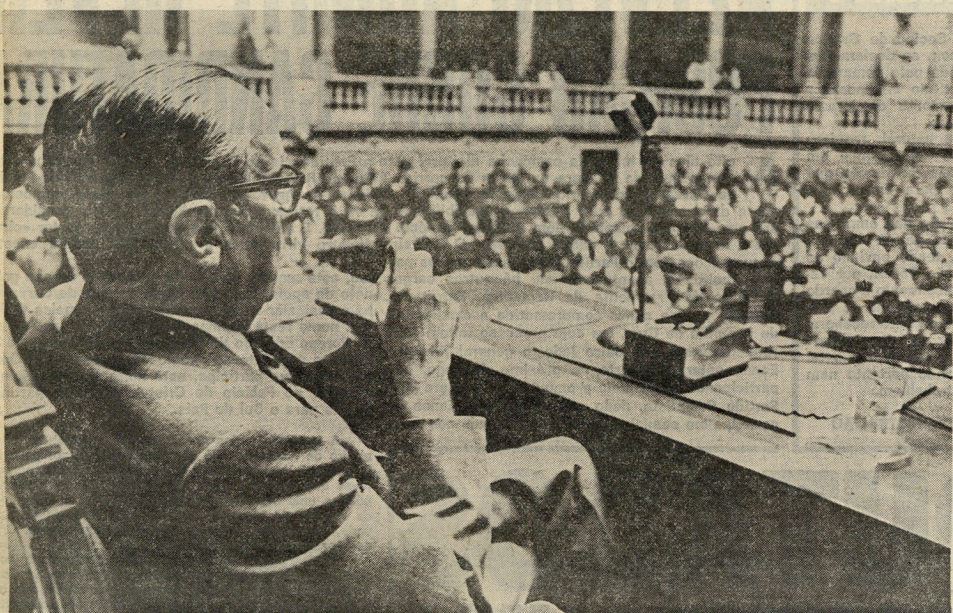
BOMBA CONTRA JORNAL DO PORTO (PAGINA 7)

TUPOLEV DESAPARECE SOBRE O MAR (PAGINA 12)

TERMINA GREVE EM TELECOMUNICAÇÕES (PAGINA 9)

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

SEM pompas nem clamores, antes de uma forma acentuadamente discreta, a Assembleia da República iniciou ontem à tarde os seus trabalhos. Melhor dizendo: os deputados eleitos em 25 de Abril último reuniram-se em São Bento numa primeira sessão que não foi além da designação de uma comissão de verificação de poderes, ponto, aliás único, da ordem do dia. E sem que sejamos adeptos do ênfase ou defensores de balofos e inadequados empolamentos, pensamos que merecia francamente mais esta sessão inaugural de um órgão de Soberania, cuja constituição assenta no voto, livremente expresso pelo povo, após cinquenta anos em que nos foi negado esse direito. Até pelo simbolismo de que a sessão se revestia, não seria imprópria uma certa solenidade.



Vasco da Gama Fernandes preside à Assembleia da República

Ao que parece, porém, os poderes instituídos não lhe quiseram dar esse significado ou relevância de maior. Eles lá sabem porquê! Por isso a curta sessão quase decorreu em clima doméstico. Apenas os repórteres da Rádio e da Televisão lhe deram um «ar de graça», tentaram impor-lhe a dimensão nacional que outros lhe recusaram.

Terá sido até esse desinteresse, dimanado das mais altas esferas políticas, que atirou com Vasco da Gama Fernandes, o presidente interino da Câmara, designado pelo partido mais votado — o Partido Socialista — para uma posição de prudência na breve oração de abertura.

Foi efectivamente parco de palavras o presidente. Uma promessa de isenção e uma saudação muito cordial mas curta, envolvendo deputados, jornalistas, pessoal da Assembleia e, em referência final, alargando esse cumprimento ao auzente Presidente da República e aos membros do Governo.

E foram ainda os recém-chegados deputados que deram à sessão um pouco de calor, alguma coisa do seu entusiasmo. Inconformados, naturalmente, perante essa frialdade exterior que tentava envolvê-los, responderam de pé e com aplausos às primeiras palavras de Vasco da Gama Fernandes: «Considero solenemente aberta a 1.ª sessão da Assembleia da República.»

A primeira questão

Pelo que atrás ficou dito, e embora pela negativa, já se poderá talvez, logo no primeiro dia de trabalhos da Assembleia da República, formular a primeira questão política, que aponta, justamente, para o desinteresse por essa expressão popular que — quer se queira quer não — está implícita nesse po-



Alguns ministros estiveram presentes em São Bento

CORPO REDACITORIAL: Rodolfo Iriarte (chefe), Mário Alexandre (chefe-adjunto), António Carvalho, Aplo Sottomayer (subchefes), Hélder Pinho (secretário da Redacção), Rodrigues Alves (chefe da delegação do Norte), Afonso Serra, Alfredo Mourão, António dos Santos, António Vinagre, Bárata Salgueiro, Calado Lopes, Edite Esteves, Encarnação Viegas, F. Castro, Faria de Moraes, Fernando Carneiro, Fernando Gaspar, Fernando Pires, Graciete Gaspar, Jaime Saint-Maurice, João Vaz, José Sarabando, Manuel Estoril, Maria Catarina, Maria Gabriela, Maria Helena Mensurado, Maria Teresa Horta, Mário de Azevedo, Meira da Cunha, Natal Vaz, Nunes Cordeiro, Oliveira Figueiredo, Oscar Mascarenhas, Pedro Oliveira, Pedro Vieira e Silva Marta Repórteres fotográficos: Alberto Peixoto, Carlos Alberto, Fernando Ricardo, Indício Ludgero, João Ribeiro e Teresa Monserrat



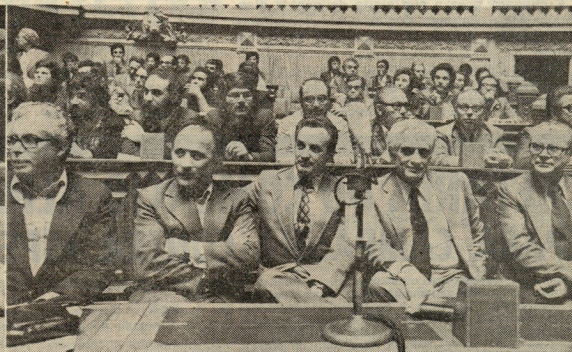
Bancada do P. S.



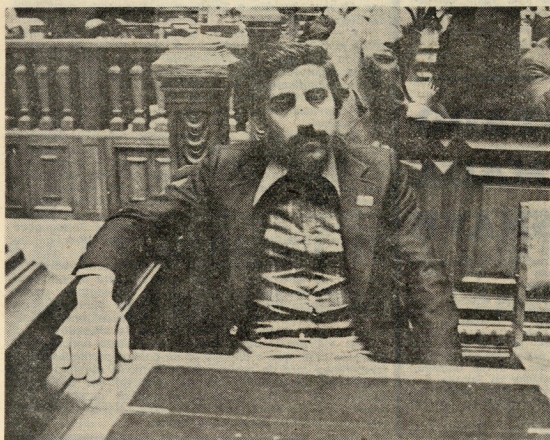
Bancada do P. P. D.



Bancada do C. D. S.



Bancada do P. C. P.



O deputado da U. D. P. na carteira que ocupa em São Bento

DEPUTADOS COMEÇAM TRABALHO

ENCARNAÇÃO VIEGAS (texto) • INACIO LUDGERO (fotos)

der constituído que ontem pela primeira vez, depois de 1926, voltou a sentar-se nos escanhos beneditinos.

E de resto assim o compreenderam as principais formações políticas do País, cujos secretários-gerais ocuparam as suas carteiras de deputados. Mário Soares, Sá Carneiro, Freitas do Amaral e Alvaro Cunhal quiseram estar presentes na sala hemicircular, de certo no propósito de testemunhar a importância que os respectivos partidos dão a este «passo primeiro», numa perspectiva constitucional, que o Portugal de hoje

deu na via democrática. Nem todos, porém, assim o entenderam!...

Uma conquista da Constituição

Se quisermos extrair ilações da sessão de ontem poderemos dizer que os princípios constitucionais, recentemente aprovados, já ontem tiveram aplicação. Com efeito, o artigo 13.º, ao estabelecer o princípio da igualdade dos cidadãos, diz no seu n.º 2 que «ninguém pode ser privilegiado, prejudicado, privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão de ascendência, sexo, raça, língua, território de origem, religião, convicções poli-

ticas ou ideológicas, instrução, situação económica ou condição social».

E os partidos — ao que parece, e em política «o que parece é» — quiseram sancionar este postulado com uma primeira afirmação de que a Constituição irá ser rigorosamente cumprida. Por isso se viu ontem a secretária a primeira sessão da Assembleia da República, ladeando Vasco da Gama Fernandes, as deputadas Amélia de Azevedo (P. P. D.) e Maria José Sampaio (C. D. S.).

E pouco mais se poderá ter anotado, a não ser a forma como o antigo ministro da Econo-

mia, Rui Vilar, respondeu à chamada, de punho fechado, numa saudação socialista; e a tentativa de Acácio Barreiros (U. D. P.) para usar da palavra e a que Vasco da Gama Fernandes fez «vista grossa», visto que o deputado em questão só o será de facto e de direito após o veredicto favorável da comissão que ontem foi designada para o efeito. Assim, o alerta que — como nos disse — o deputado da U. D. P. quereria fazer em relação a eventuais ligações de deputados a organizações repressivas do an-

terior regime, teve de ficar adiado.

As comissões

Restará acrescentar que a comissão de verificação de poderes é constituída por 12 deputados, dos quais quatro são do P. S. (Alvaro Monteiro, António Macedo, António Arnaut e Godinho de Matos); três do P. P. D. (Nuno Rodrigues dos Santos, Olívio França e Cunha Leal); dois do C. D. S. (Narana Coissor e Pinto da Cruz) e dois do P. C. P. (Manuel Gusmão e Lino Lima). O deputado que representa a U. D. P. na Comissão é

o único que aquele partido tem no hemiciclo: Acácio Barreiros.

Esta tarde a Câmara volta a reunir para a designação de outra comissão: a que deverá elaborar o regimento, e que deverá ser composta por 15 membros, respeitando um princípio de proporcionalidade (seis do P. S., quatro do P. P. D., dois do C. D. S. e igual número do P. C. P. e um da U. D. P.). Durante a sessão, cada partido disporá de um período de quinze minutos para que um dos seus representantes possa usar da palavra.